

Moção Global de Estratégia Nacional

28-Dez-2007

“PS: A Força da Mudança”

Moção Global de Estratégia Nacional

José Sócrates

Versão em pdf...

I

A actualidade do socialismo democrático

1. A derrota da lógica de pensamento único

O tempo que vivemos demonstra a actualidade e a necessidade do socialismo democrático.

O mundo acaba de assistir à clamorosa derrota do pensamento político neoliberal. A ideologia do mercado entregue a si próprio, sem Estado nem regulação capaz, e a especulação desenfreada nos mercados financeiros são os responsáveis principais pela profunda crise que se abateu sobre toda a economia mundial.

A doutrina neoliberal, que professou a sua fé no mercado e desprezou o Estado e as suas funções sociais, não foi o único pensamento político a reclamar para si o estatuto de pensamento único. Anos antes, tinha também tombado o pensamento comunista, e o seu projecto de uma sociedade totalitariamente determinada pelo Estado. Também ele ambicionara ser um pensamento único, com pretensa fundamentação científica, querendo substituir o pluralismo das ideias pelo império da ortodoxia.

Os factos encarregaram-se de demonstrar quão errados estavam tais pensamentos. Uma após outra, as ditaduras inspiradas pelo comunismo foram derrubadas pelos povos em busca de liberdade e democracia. Os conservadores quiseram ver aí o seu próprio triunfo e proclamaram o “fim da História”. Nova ilusão: a ideia de que bastava a liberalização dos mercados, sem intervenção relevante dos mecanismos de regulação; a rendição a mercados financeiros extremamente

especulativos e cada vez mais distanciados da economia real; o ataque sistemático ao Estado social; a miragem do lucro fácil e o escandaloso aumento dos rendimentos auferidos por gestores e empresários especulativos; o desprezo pelas classes médias e populares – tudo isso contribuiu para uma crise mundial sem precedentes. A crise que hoje vivemos.

Esta crise mundial põe em causa os alicerces dos sistemas financeiros e o crescimento da produção e do emprego, gera novos factores de desigualdade e ameaça o padrão de coesão social em que assentam as democracias.

Esta crise não pode ser resolvida recorrendo aos princípios, às práticas e às políticas que a provocaram. Nada deve ficar como dantes. À desregulação dos mercados, à vertigem especulativa, à ganância dos lucros de curto prazo, à desarticulação entre os fluxos financeiros e as necessidades económicas, à vulnerabilidade dos mercados e instituições face à especulação e ao jogo, é preciso responder com soluções fortes. É preciso responder com mais regulação e com a firme defesa do interesse público.

A intervenção pública deve fazer-se sempre que esteja em causa a defesa dos depósitos, seguros e pensões, e a garantia do crédito a empresas e famílias, e deve fazer-se com condições rigorosas de responsabilização de gestores e accionistas, correcção das decisões que levaram à crise e salvaguarda do interesse público e do conjunto dos contribuintes. A regulação pública deve ser reforçada e, em particular, devem ser promovidas, quer ao nível europeu, quer ao nível internacional, formas de regulação que possam contribuir para regular a globalização. E a Europa deve tomar as iniciativas necessárias à eliminação, à escala global, das zonas de privilégio e excepção que na prática funcionam, como os off-shores, como indutores de opacidade, especulação e evasão fiscal.

2. A responsabilidade da esquerda democrática

A alternativa está, pois, na esquerda democrática. Nas últimas décadas, nunca como agora o socialismo democrático emergiu com tanta clareza como a verdadeira força da mudança.

Há muito que os partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas têm alertado para as consequências económica e socialmente negativas de uma globalização com fracos mecanismos de regulação e para a ausência de uma reforma das instituições económicas internacionais, que haviam sido criadas num contexto radicalmente diferente. Conscientes de que a concretização desta orientação não depende apenas das políticas públicas nacionais, mas sim de uma vontade global. Como afirmava António Guterres, no Congresso da Internacional Socialista, em 1996, “uma globalização não regulamentada significa necessariamente a globalização da pobreza e da exclusão social, bem como o nivelamento dos direitos sociais pelos níveis mais baixos”. Mais, “a globalização da economia mundial enfraqueceu a capacidade dos governos eleitos de fazer isoladamente frente a manipulações monetárias especulativas, à evasão fiscal e ao branqueamento de capitais. Precisamos de melhores mecanismos de coordenação internacionais”.

Não estamos, hoje, perante mais uma correcção cíclica das economias mundiais. Esta crise resulta de opções políticas que afastaram deliberadamente a regulação pública de zonas imensas dos mercados financeiros, de modo a que o sistema financeiro global assentasse numa lógica de auto-regulação, com níveis intoleráveis de opacidade. E tais opções tiveram como consequência aumentar a volatilidade e acentuar o desfasamento entre a economia financeira e a economia produtiva.

A realidade não veio apenas dar razão a quem sempre sublinhou a necessidade de enquadrar política e institucionalmente a globalização, como também criou uma nova responsabilidade histórica para o socialismo democrático. Uma prioridade imediata: combater a crise económica, proteger o emprego, apoiar as famílias. Uma tarefa: reforçar a regulação dos mercados financeiros. Uma atitude: responsabilidade.

Isto implica reafirmar a síntese que caracteriza o socialismo democrático: o compromisso irrenunciável com a liberdade política e a defesa de uma relação equilibrada entre mercado – como instrumento privilegiado para a coordenação dos factores produtivos – e Estado – como instituição estratégica para a garantia do interesse comum.

3. O PS, partido da esquerda moderna, responsável e progressista

O Partido Socialista representa em Portugal a expressão política e o programa da esquerda democrática cuja actualidade e necessidade a crise que, hoje, o mundo vive veio afirmar com toda a premência.

O PS dirige-se a todos os portugueses, mobilizando-os para a modernização e a mudança e progresso social. Os socialistas acreditam na força transformadora da acção social e política. Não se acantonam numa atitude meramente crítica, ou de protesto. Agem politicamente, para modernizar o país e promover a liberdade, a igualdade e a solidariedade.

Por isso, o PS afirma-se como a esquerda moderna, responsável e progressista.

Moderna, isto é, reformista, comprometida com a ciência, a tecnologia, a inovação, a modernização social. Progressista, isto é, contrária aos conservadorismos de vários quadrantes, que recusam as mudanças e seguem atrás de todas as resistências, preferindo o imobilismo à evolução. Responsável, porque vinculada apenas ao interesse público e capaz de colocá-lo acima de qualquer interesse particular, e ainda porque empenhada na defesa do Estado social, da estabilidade política, do rigor orçamental, da eficácia e justiça das políticas económicas e sociais.

O PS afirma-se como a esquerda que quer governar. Para transformar, para continuar e aprofundar a mudança estrutural, em todas as áreas relevantes, é preciso querer e saber assumir as responsabilidades e os riscos de governar. As condições de governabilidade são essenciais para prosseguir as reformas, responder à crise e continuar a modernização. O PS não ilude essa questão. Pelo contrário, tem consciência de que é a única força progressista com vontade e capacidade para exercer

responsabilidades de governar Portugal, uma democracia pluralista integrada na União Europeia e respeitadora do sistema de alianças em que historicamente se insere.

Ora, o PS quer continuar a exercer a responsabilidade de Governo para concretizar as políticas públicas inspiradas nos seus valores essenciais.

O PS é o partido do Estado social, melhorando os serviços públicos e assegurando a sua eficiência e sustentabilidade, privilegiando a educação, a saúde e a segurança social, apoiando as famílias, protegendo os grupos mais vulneráveis, combatendo a pobreza e reduzindo as desigualdades e abrindo mais oportunidades para todos..

O PS é partidário da economia de mercado e defensor do papel estratégico do Estado democrático, com capacidade reguladora, mas adversário do proteccionismo e do colectivismo.

O PS é o partido da Europa. Sem qualquer hesitação, ambiguidade ou reserva, somos o partido da construção europeia e do reforço da arquitectura institucional da União, no quadro estabelecido pelo Tratado de Lisboa. E ser pela Europa significa também usar de inteligência na revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento e saber combinar harmoniosamente a defesa da estabilidade monetária e do equilíbrio orçamental com a promoção do crescimento da economia e do emprego e a promoção do bem-estar social.

Estas escolhas exigem responsabilidade na acção, sentido de Estado, rigor e disciplina orçamental, respeito pela iniciativa privada e reforço da regulação e supervisão, estabilidade política, concertação social. Exigem vontade e determinação reformista, rumo claro, defesa intransigente do interesse público.

Foi com este compromisso que o Partido Socialista se apresentou ao eleitorado e ganhou com maioria absoluta as eleições legislativas. Foi esta a acção do seu Governo e da sua Maioria parlamentar.

II

A acção do PS

1. Honrar a confiança dos portugueses

O Governo do PS teve de enfrentar nesta legislatura um tempo de muito sérias dificuldades. Primeiro, teve de resolver a grave situação deixada pelos Governos da direita e lançar um exigente e ambicioso programa de reformas e de modernização, para recuperar o atraso estrutural do País. Depois, em pleno processo de recuperação económica e do emprego, foi confrontado com os efeitos incontornáveis da mais grave crise financeira e económica internacional desde a Grande Depressão que se seguiu à crise de 1929.

Ao longo destes quatro anos, o PS teve sempre uma preocupação principal: honrar a confiança dos portugueses. Por isso, o PS, fiel à sua tradição e aos seus princípios, soube encontrar o caminho para enfrentar as dificuldades e prosseguiu, com coragem e determinação, uma governação responsável, reformista e solidária.

2. Uma Governação responsável

Em 2005, depois do fracasso da governação da direita (PSD/PP), a situação do País era extremamente grave: défice elevadíssimo, sem paralelo na Europa; ruptura iminente na segurança social; crise prolongada de confiança; economia em risco de uma segunda recessão em três anos; crescimento galopante do desemprego; adiamento das reformas; desinvestimento nas políticas sociais e, para além de tudo, uma falta de sentido de Estado e da dignidade das instituições tão intolerável que obrigou à demissão antecipada do Governo PSD/PP, de Santana Lopes e Paulo Portas.

Como noutros momentos particularmente difíceis da nossa história democrática, os portugueses decidiram depositar a sua confiança no PS. Deram-lhe mesmo a primeira maioria absoluta da sua história.

O Governo do PS teve pela frente, desde logo, duas verdadeiras situações de emergência: o défice excessivo, bastante mais elevado do que antes se supunha; e o grave desequilíbrio financeiro na segurança social, que ameaçava seriamente o pagamento futuro das reformas e das pensões.

Prosseguindo com firmeza uma estratégia de rigor, o Governo do PS fez aquilo que precisava de ser feito. A esquerda moderna que o PS representa acredita no modelo social europeu e no papel indispensável do Estado Social - mas também sabe que um Estado ineficiente e financeiramente estrangulado não pode cumprir a sua missão, responder aos desafios do presente e garantir o futuro das políticas sociais.

Em apenas dois anos (menos um do que o previsto), o PS conseguiu vencer a crise orçamental que a direita tinha deixado, trazendo o défice dos projectados 6,83% de 2005 para os 2,6% do PIB no final de 2007 e os 2,2% previstos para o final de 2008 - o défice mais baixo em toda a história da democracia portuguesa.

Paralelamente, o PS concretizou uma profunda reforma da segurança social, que salvou a segurança social pública da grave situação de "alto risco" em que se encontrava, dando-lhe mais equidade e mais sustentabilidade, num quadro demográfico reconhecidamente mais exigente.

Assim, o Governo do PS resolveu, com determinação e coragem, as duas graves situações de emergência que herdou: venceu a crise orçamental e venceu a crise da segurança social.

Mas é preciso dizer que estes

resultados não se devem apenas ao sentido das responsabilidades do Governo e ao esforço do País - estes resultados aconteceram também porque os portugueses, na hora certa, confiaram no PS e decidiram dar-lhe uma maioria absoluta.

3. Uma governação reformista

A maioria absoluta do PS valeu a pena. Foi ela que assegurou ao Governo as condições políticas de estabilidade e de governabilidade necessárias para realizar reformas e lançar um importante movimento de modernização do País, superando resistências e fazendo prevalecer o interesse geral.

A determinação reformista tornou-se uma marca da Maioria e do Governo do PS. Os exemplos são muitos: fizemos a reforma da segurança social e a reforma da administração pública; criámos o Programa Simplex, simplificando procedimentos para os cidadãos e para as empresas; cumprimos a reforma da Justiça e o Plano de Acção para o Descongestionamento dos Tribunais; fizemos a reforma das forças de segurança e do sistema de segurança interna; lançámos o Plano Tecnológico; alcançámos o nível europeu de investimento em Ciência; fizemos a reforma do ensino superior e adaptámo-lo ao Processo de Bolonha; colocámos Portugal na dianteira das energias renováveis; reformámos a legislação laboral; demos vida à ASAE para defender os consumidores; lançámos a reforma dos cuidados de saúde primários, da rede de assistência materno-infantil, da rede de urgências, tal como criámos uma nova rede de cuidados continuados para idosos e aprovámos a nova Lei do Tabaco. Ganhámos, ainda, o referendo para a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, promovemos o acesso à procriação medicamente assistida, legislámos para acabar com o divórcio litigioso e, em nome da igualdade, aprovámos a nova Lei da Paridade.

Mas foi na educação

que enfrentámos o mais sério obstáculo à competitividade do País e à igualdade de oportunidades entre os portugueses: as elevadas taxas de abandono e de insucesso escolar. Fizemos uma reforma profunda do primeiro ciclo do ensino básico, aumentámos 15 vezes o número de alunos nos cursos profissionais públicos, triplicámos o acesso à acção social escolar e criámos o passe escolar, lançámos o Plano Tecnológico da Educação e os programas e.escolas e e.escolinhas, instalámos quadros interactivos, reordenámos o parque escolar e lançámos a sua requalificação, instituímos as aulas de substituição, colocámos os professores por três anos, revimos o estatuto do aluno e o estatuto da carreira docente, introduzimos a avaliação dos professores para distinguir e premiar o bom desempenho, reformámos a gestão e reforçámos a autonomia das escolas.

Esta aposta nas qualificações chegou

também aos jovens e adultos que se encontram já no mercado de trabalho. Foi para eles que lançámos o Programa Novas Oportunidades e a resposta não podia ter sido mais impressionante: mais de 630 mil pessoas já se inscreveram para melhorarem as suas qualificações, ao nível do ensino básico ou do secundário. E, também aqui, combatemos a info-exclusão e proporcionámos o acesso a computadores, com ligação à Internet em banda larga.

Os portugueses não deram ao PS uma

maioria absoluta para que tudo ficasse na mesma mas para que uma governação responsável e reformista pudesse, finalmente, começar a vencer os bloqueios estruturais do País. E foi isso que fizemos. Foi para isso que serviu a primeira maioria absoluta do PS.

4. Uma governação solidária

A governação do PS foi também uma governação solidária, à altura da melhor tradição de sensibilidade social do Partido Socialista.

As medidas sociais do Governo do PS foram dirigidas, de modo especial, aqueles que mais precisam de apoio. Criámos, por isso, o Complemento Solidário para Idosos, garantimos o poder de compra das pensões mais baixas, aumentámos o abono de família, introduzimos o abono pré-natal para as grávidas, aumentámos as deduções fiscais em função do número de filhos, lançámos o Programa PARES para investir mais em creches e em lares, adoptámos medidas para a conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar, alargámos a acção social escolar, instituímos os empréstimos para estudantes do ensino superior, lançámos uma nova geração do Programa Escolhas, combatemos a exclusão com uma nova lei da nacionalidade e promovemos um aumento substancial do salário mínimo.

A agenda social do PS estruturou, assim, uma nova geração de políticas sociais e conquistou para os portugueses novos direitos sociais. E foi para esta área que prioritariamente dirigimos todas as folgas orçamentais que fomos obtendo ao longo do processo de consolidação das contas públicas.

Esta acção permitiu promover a igualdade de oportunidades em Portugal. Mas fez mais: reduziu a taxa de risco de pobreza e reduziu as desigualdades.

Os últimos dados oficiais do INE referentes à taxa de risco de pobreza reportam-se a 2007 e são referentes aos rendimentos de 2006 – não integrando ainda, portanto, o efeito pleno de muitas medidas sociais adoptadas pelo Governo do PS. Todavia, esses dados apontam já para uma redução nos últimos anos da taxa de risco de pobreza em Portugal, que caiu de 19% em 2005 (rendimentos de 2004) para 18% em 2007, aproximando-se assim da média europeia de 16%. Por seu turno, as desigualdades, embora permaneçam ainda elevadas, também foram reduzidas. O rendimento dos 10% mais ricos, comparado com o dos 10% mais pobres, era 12,2 vezes superior em 2005 (rendimentos de 2004) e essa diferença caiu para 10,8 em 2007. Com as medidas adoptadas, esta redução ter-se-á certamente acentuado ainda mais nos anos seguintes da legislatura.

5. A recuperação económica interrompida pela crise internacional

Apesar da política de rigor que foi necessário realizar para reduzir o défice e pôr ordem nas contas públicas, o Governo concentrou-se desde o início na tarefa de promover o crescimento económico e a criação de emprego.

A economia, que o PS recebeu,

no início de 2005, a crescer apenas 0,3% e a declinar, inverteu essa trajetória e recuperou de forma contínua e progressiva, crescendo 0,9% em 2005, 1,4% em 2006 e 1,9% em 2007. Um crescimento económico inevitavelmente moderado, dado o necessário processo de consolidação orçamental, mas saudável, puxado inicialmente pelas exportações – exportações, aliás, de maior valor acrescentado, pela primeira vez com saldo positivo na balança tecnológica - e depois também pelo investimento.

Por seu turno, a taxa de desemprego, que começou ainda por crescer, embora a um ritmo mais lento – dado o normal desfasamento entre a recuperação do crescimento económico e a evolução do emprego -, começou finalmente a descer desde meados de 2007 até ao final do primeiro semestre de 2008, em que caiu para os 7,3%. Nessa altura, os dados do INE assinalavam também que a economia tinha criado, desde a entrada em funções do Governo do PS, nada menos de 133 mil novos empregos, em termos líquidos.

Este incontestável processo de recuperação da economia portuguesa foi interrompido, a partir do início de 2008, por consequência dos efeitos da crise internacional.

Numa primeira fase, assistiu-se a um marcado abrandamento da economia, em resultado do impacto da crise do “subprime” nos mercados financeiros, a que se juntaria, pouco depois, o disparar dos preços das matérias-primas, dos bens alimentares e, em especial, do preço do petróleo. A crise agravou-se e generalizou-se já na segunda metade do ano, com a súbita falência de grandes instituições financeiras norte-americanas e europeias e a necessidade de intervenções de emergência dos Estados para salvar o sistema financeiro e proteger as suas economias de efeitos mais devastadores.

A crise financeira tornou-se uma crise económica e a recessão instalou-se, progressivamente, por toda a parte. A Islândia, um dos Países mais desenvolvidos do Mundo, entrou em bancarrota. As grandes economias do Mundo – Estados Unidos, Rússia, Japão - entraram no vermelho. A própria Zona Euro entrou em recessão ainda no terceiro trimestre do ano. Na Europa, a recessão chegou primeiro à Irlanda, à Dinamarca, à Estónia e à Letónia, seguindo-se-lhes a Itália, a Suécia e a própria Alemanha. Esta situação acabou, inevitavelmente, por atingir também a economia portuguesa. Portugal, tal como o Reino Unido, a Hungria e a nossa vizinha Espanha, teve o seu primeiro crescimento negativo no terceiro trimestre de 2008, o que permite antecipar, com os dados agora disponíveis, um quadro recessivo para a evolução da economia portuguesa.

É evidente que a situação causada pela crise internacional muda tudo. Só a demagogia pode pretender atribuir às políticas do Governo a responsabilidade por uma recessão que vem de fora e que é, como todos os portugueses sabem, global. E só a falta de seriedade política pode pretender que se cumpram, neste novo contexto, os objectivos económicos traçados no início da legislatura.

Todas as instituições têm vindo a rever sucessivamente as suas previsões, ajustando-as à verdadeira dimensão de uma crise cujas proporções ninguém conseguiu estimar com exactidão. Tal como todos os Governos têm vindo a rever os seus cenários e, sobretudo, as suas medidas de política porque, neste momento, o dever de

quem governa é este: responder bem à crise internacional e fazer o que for possível para, com sentido das responsabilidades, recuperar a economia, apoiar as empresas, defender o emprego e proteger as famílias. É isso o que o Governo do PS tem feito. É essa, hoje, a agenda prioritária da Maioria e do Governo do PS.

6. A estratégia de resposta à crise internacional

Para além das mudanças estruturais que a presente crise sem dúvida alguma reclama, em particular ao nível do reforço da regulação dos sistemas financeiros e da globalização, impõe-se no imediato uma intervenção forte dos Estados para contrariar os efeitos da crise, recuperar a confiança, impulsionar o crescimento económico e, sobretudo, defender o emprego.

O Governo do PS agiu com celeridade e determinação, mobilizando as disponibilidades orçamentais conquistadas com o processo de consolidação orçamental e assumindo quatro prioridades na resposta à crise.

Em primeiro lugar, estabilizar o sistema financeiro e promover o acesso ao crédito por parte das empresas e das famílias – O que esteve em causa foi garantir a confiança no nosso sistema financeiro, para salvaguardar a economia portuguesa. Não se tratou, portanto, de salvar banqueiros da falência, como demagógica e irresponsavelmente pretenderam os comunistas e a extrema-esquerda. Tratou-se, isso sim, de salvar os portugueses e os depositantes da falência dos seus bancos. Por isso, o Governo declarou a garantia pública de todos os depósitos e foi o primeiro a anunciar um sistema de garantias públicas para o crédito interbancário, no valor de 20 mil milhões de Euros, medida que seria depois adoptada, de modo coordenado, no plano europeu, contribuindo decisivamente para desencadear, finalmente, o processo de descida da Taxa Euribor. Paralelamente, o Governo disponibilizou 4 mil milhões de Euros para poder assegurar, se tal for necessário, a aquisição pelo Estado de acções preferenciais no âmbito de operações de recapitalização do sistema bancário português. E foi neste quadro estratégico que o Governo não hesitou em tomar uma medida drástica, prevenindo graves riscos sistémicos: nacionalizou, pela primeira vez em trinta anos, um banco privado, o BPN, para além de ter apoiado a operação financeira que se destinou a garantir os depósitos, e só os depósitos, do BPP.

Em segundo lugar, apoiar as empresas e o emprego – Consciente de que a crise financeira foi para as empresas, antes de mais, uma crise de crédito, o Governo disponibilizou novas e sucessivas linhas de crédito, especialmente dirigidas às pequenas e médias empresas, bem como seguros de crédito à exportação. Por outro lado, foram tomadas medidas para antecipar o acesso aos fundos comunitários do QREN e processar o pagamento das dívidas do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias. Importantes medidas foram tomadas também na área fiscal: depois de termos reduzido em 1% a taxa do IVA e de termos vindo a reduzir o prazo de reembolso do IVA, permitimos a autoliquidação do IVA nos serviços prestados ao Estado de valor superior a 5 mil Euros, baixámos para metade o IRC pago pelas PME, aumentámos o crédito fiscal ao investimento, reduzimos o pagamento por conta e o pagamento especial por conta e baixámos a Taxa Social Única para as empresas que tenham trabalhadores contratados sem termo e para as micro e pequenas empresas que garantam a manutenção dos postos de trabalho dos trabalhadores com mais de 45 anos. O Governo interveio, também, para, nesta conjuntura difícil, ajudar a salvar empregos em

sectores estratégicos e em empresas economicamente sólidas e com perspectivas de sustentabilidade. Foi assim no sector automóvel, na Quimonda, nas Minas de Aljustrel e em diversas outras situações. Criámos, ainda, um plano excepcional de apoio à manutenção de 20 mil empregos e à formação profissional em situações de redução extraordinária da actividade das empresas, decidimos aumentar em 12 mil o número de estágios profissionais para jovens e apoiar com 2 mil euros cada contratação sem termo de 20 mil jovens desempregados ou que estejam à procura do 1º emprego. Decidimos, igualmente, entre outras medidas, apoiar a integração de 30 mil desempregados em instituições sociais não lucrativas. O emprego esteve sempre no centro da nossa resposta à crise internacional.

Em terceiro lugar, reforçar o investimento público
– Num contexto de recessão global desfavorável às exportações e de falta de confiança para o investimento das empresas e para o consumo das famílias (não obstante a baixa dos preços e os estímulos fiscais), o relançamento da economia e a promoção do emprego depende, fundamentalmente, do reforço e da aceleração do investimento público. Foi essa a lição da resposta keynesiana à Grande Depressão, é essa a estratégia recomendada pelos mais reputados economistas, como o Prémio Nobel Paul Krugman, e é esse o caminho que tem sido seguido na Europa e em todos os países desenvolvidos. Contra aqueles que, à direita, por puro preconceito ideológico, propõem um corte brutal no investimento público e preferem a atitude resignada de nada fazer, o PS dá uma resposta clara: o investimento público é necessário e é urgente. Um investimento, naturalmente, selectivo, dirigido a áreas relevantes de desenvolvimento estratégico. E por isso o Governo definiu um conjunto de áreas prioritárias: a modernização das escolas, os equipamentos de saúde, a energia, a infra-estrutura tecnológica e certos domínios da actividade económica, como o sector exportador e a agricultura. Estes investimentos adicionais juntam-se, assim, aqueles que já estavam previstos, incluindo os que têm outro horizonte e outro calendário, como é o caso da modernização das infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias. De facto, a evolução da crise exige que se privilegiem os projectos que possam ter rápida concretização, já em 2009 e 2010. A rapidez da resposta faz parte da solução.

Em quarto lugar, apoiar as famílias e reforçar a protecção social
– Neste momento de dificuldades, impõe-se uma atenção especial a quem mais precisa. Foi essa uma das principais linhas de resposta do Governo a esta crise. Para além das medidas sociais em curso, em especial de combate à pobreza entre os idosos e de apoio à família, e não obstante as críticas do PSD, mantivemos o aumento do salário mínimo para os 450 euros, aumentámos em 2,9% os salários da função pública, alargámos a duração do subsídio social de desemprego, instituímos o 13º mês do abono de família, aumentámos substancialmente as deduções fiscais em IRS dos juros da habitação, prorrogámos o prazo de isenção e reduzimos as taxas do IMI, e reforçámos em 100 milhões de Euros o financiamento do Estado ao apoio social prestado pelas IPSS.

III

Orientações programáticas

Perante um quadro de acentuadas dificuldades, fruto da crise financeira e internacional que o Mundo atravessa, os portugueses, mais uma vez, voltam-se para o PS porque sabem que só o PS tem a credibilidade, a capacidade e a coragem para definir o caminho certo, prosseguir o rumo e vencer esta situação.

Neste quadro muito exigente, a proposta política do PS deve assentar em torno de 4 eixos fundamentais: Responsabilidade, Modernização, Igualdade e Democracia.

1. Responsabilidade

Nesta conjuntura difícil de crise, os portugueses devem encontrar no PS um referencial de estabilidade e uma garantia de responsabilidade na governação.

Para o PS, a tarefa primeira tem de ser vencer a crise, recuperar a economia e promover o emprego, sem comprometer o futuro e sem deitar a perder o muito que foi conseguido na consolidação orçamental, com rigor na governação e com o esforço de todos.

Este não pode ser o tempo das aventuras. Não pode ser o tempo nem das demagogias irresponsáveis e perigosas da esquerda comunista e da extrema-esquerda, nem do populismo e das receitas falhadas do passado que a direita tem para oferecer. Pelo contrário, este tem de ser, mais do que nunca, um tempo de responsabilidade na governação do País.

E responsabilidade significa, também, lutar pela confiança. O pessimismo militante é uma política de terra queimada. Pode animar a agenda inconsequente e oportunista dos partidos de protesto, pode até ser usado para preencher o vazio de propostas de quem se pretende alternativa, mas não acrescenta rigorosamente nada para o futuro dos portugueses.

Responsabilidade significa, igualmente, procurar que não fique ninguém para trás: apoiar as empresas, salvaguardar o emprego, proteger as famílias e reforçar a protecção social de quem mais precisa – eis a nossa atitude.

Não deixaremos que nenhum preconceito ideológico impeça a adopção das medidas correctas para enfrentar a crise: estaremos tão atentos à salvaguarda do sistema financeiro, como à responsabilização dos seus accionistas e gestores; faremos o que pudermos para que as empresas e os empregos com futuro possam sobreviver a este período de dificuldades; usaremos os instrumentos fiscais com bom senso e sem destituir o Estado da sua capacidade para fazer o que deve e assegurar a protecção social; e, sobretudo, faremos agora o investimento público de que a economia carece e de que o País precisa.

Cada euro utilizado no investimento público é um euro que é útil para impulsionar a economia e proteger o emprego. As medidas fiscais têm o seu lugar, numa estratégia correcta de combate à crise; mas devem ser usadas com critério e inteligência,

para apoiar o investimento das empresas, defender os postos de trabalho e ajudar as famílias nas suas despesas essenciais. Num contexto de crise e de falta de confiança, nem sempre a baixa dos impostos tem reflexo no investimento das empresas, na salvaguarda dos empregos ou no consumo das famílias. Mas uma coisa é certa: retira ao Estado os recursos de que ele precisa para dinamizar o investimento e cumprir as suas funções sociais.

Permaneceremos empenhados na coordenação internacional e europeia das respostas à crise e mobilizaremos os recursos que o País estiver em condições de dispensar para a ultrapassar, com uma preocupação fundamental: o emprego.

A proposta política do PS para vencer a crise começa aqui: na responsabilidade. Só uma atitude de responsabilidade pode vencer a crise e abrir horizontes de esperança. Só uma atitude de responsabilidade será merecedora da confiança dos portugueses.

2. Modernização

Para o PS, o objectivo de superar a crise que vivemos, reforçando os caminhos para uma sociedade aberta e de bem-estar, exige que não se perca de vista os grandes objectivos de modernização da economia e da sociedade portuguesa. As dinâmicas que foram desenvolvidas de forma intensa nos últimos quatro anos devem ser aprofundadas.

Só uma economia onde se reforcem os modernos factores de competitividade estará em condições para acelerar os processos de crescimento que atenuem os efeitos da crise internacional e que aproveitem plenamente as oportunidades da recuperação económica.

Só uma sociedade aberta e um Estado eficaz e eficiente permitirão fazer com que ambos esses processos se traduzam em mais justiça social.

A) Promover a competitividade, reduzir o desequilíbrio externo

A modernização estrutural da economia portuguesa implica o desenvolvimento de dois grandes desígnios nacionais: o reforço da capacidade de consolidação de um novo ciclo de investimento modernizador nos sectores e actividades voltados para a produção de bens e serviços transaccionáveis na nova economia global; e o reforço da afirmação competitiva de uma rede de pequenas e médias empresas, capazes de se articularem positivamente com os sectores mais dinâmicos da actividade exportadora e darem uma resposta de qualidade às exigências da procura doméstica.

A promoção da competitividade da economia portuguesa tem de aprofundar os movimentos de reforço das actividades, sectores e empresas que contribuem decisivamente para a diminuição progressiva e sustentável do nosso défice externo.

Aí se devem destacar quatro grandes objectivos: a crescente autonomia energética de Portugal; a consolidação e alargamento de resultados positivos na balança tecnológica; a produção de bens agro-alimentares sustentáveis num quadro ambiental e competitivo exigente; e a promoção das exportações.

A autonomia energética e a redução da factura dos combustíveis fósseis

exige a confirmação e o aprofundamento das metas e ambições que o PS e o seu Governo têm vindo a concretizar, seja no acréscimo da produção de energias renováveis, seja nas metas da eficiência energética, seja no enquadramento ambiental destas opções, designadamente no quadro do combate às alterações climáticas.

Portugal tem condições para se afirmar como líder na revolução energética. E isso irá gerar, não apenas a correcção deste que é o principal factor produtor de desequilíbrio externo, mas também a criação de um relevante cluster nesta áreas, com forte impacto na criação de riqueza, emprego e exportações.

B) Modernizar tecnologicamente a economia

A redução no défice tecnológico é um objectivo igualmente estratégico da modernização da economia portuguesa, com profundo impacto na balança de bens e serviços e com um relevante efeito de arrastamento no conjunto da economia nacional.

É, por isso, fundamental manter e alargar com ambição o investimento na produção de bens e serviços com média e forte componente tecnológica.

Os desenvolvimentos registados nos sectores do automóvel, na aeronáutica, na electrónica, mas também nas indústrias química e farmacêutica, constituem sinais do caminho que queremos aprofundar.

Esta prioridade não significa que idêntica atenção não tenha de ser prestada à elevação dos padrões competitivos e tecnológicos de actividades determinantes para o nosso equilíbrio externo, seja na renovação da produção industrial com larga tradição histórica no nosso tecido económico, seja no desenvolvimento de oferta de excelência no sector do turismo.

Igualmente, no sector agro-alimentar, o desenvolvimento de pólos de competitividade externa pode e deve ser compatibilizado com o importante papel social, territorial e ambiental que este sector possui.

C) O Plano Tecnológico: apostar nas políticas públicas de modernização

Apesar de a modernização económica ser fruto, essencialmente, da capacidade de renovação do tecido empresarial, a experiência recente mostra-nos a importância crucial de eficazes políticas públicas de modernização.

O PS destaca quatro domínios fundamentais nessas políticas e que constituem aspectos essenciais do Plano Tecnológico:

Na política científica e tecnológica, a reafirmação, nesta fase, da necessidade de internalizar na actividade económica os progressos que se registam na formação avançada e nas infra-estruturas tecnológicas;

O reforço da eficácia das redes de informação, fazendo do acesso à banda larga um instrumento de progresso global para a nossa economia e de avanço generalizado da sociedade do conhecimento;

A modernização continuada de um Estado amigo e promotor da iniciativa empresarial e do investimento, aprofundando o caminho do Simplex e diminuindo cada vez mais os obstáculos ao desenvolvimento económico decorrentes de burocracias e ineficiências da Administração Pública;

Um sistema de ensino e formação cada vez mais adequado a uma sociedade e a uma economia em mudança, qualificando a escola pública, consolidando a prioridade à formação inicial de dupla certificação, generalizando os 12 anos de formação inicial, continuando o esforço de frequência de formação superior e alargando as novas

oportunidades de formação para todos.

D) Modernizar as infra-estruturas

Modernizar a economia e a sociedade portuguesa é um objectivo que, para o PS, se apresenta como indissociável do aprofundamento da rede de infra-estruturas. Estas são essenciais para garantir, primeiro, o reforço da proximidade do nosso país ao espaço de integração que constituiu hoje a União Europeia; segundo, o reforço da capacidade de explorar completamente as potencialidades da nossa inserção geoeconómica e da fachada atlântica; e, terceiro, a elevação da coesão do território nacional.

É neste plano que o PS reafirma a sua determinação em desenvolver políticas públicas de promoção do investimento infraestrutural nas principais áreas críticas para o desenvolvimento do país as redes rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias, as infra-estruturas energéticas e ambientais e as redes de informação e comunicação.

O investimento infraestrutural possui um inegável valor na presente conjuntura de abrandamento da procura mundial e de crise internacional. Mas ele deve ser entendido, principalmente como um decisivo contributo para a elevação dos padrões de competitividade da nossa economia e de bem-estar da nossa sociedade.

Investimentos como o novo aeroporto internacional de Lisboa, a ligação à alta velocidade ferroviária europeia, a conclusão do plano rodoviário nas regiões do interior ou o reforço da rede de barragens, são investimentos estratégicos cujo adiamento diminuiria fortemente o nosso crescimento potencial.

3. Igualdade

A) O desafio: mais oportunidades para todos, reduzindo as desigualdades

Um dos principais desafios da política do PS é prosseguir uma agenda de reformas executáveis que reduza as assimetrias de rendimentos e de oportunidades, bem como a contradição entre a rentabilidade de curto prazo e a sustentabilidade ambiental, económica e social.

Sem a redução dessas assimetrias, a governabilidade das sociedades modernas está permanentemente a ser condicionada – quer na formulação das agendas, quer na decisão política substantiva – pelos dinamismos económicos e sociais cujos interesses se alimentam da desigualdade e da injustiça social.

O nível elevado das desigualdades sociais é a consequência mais séria dos problemas estruturais do nosso país. Mas é, também, um obstáculo muito importante a qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável.

Hoje, o combate bem sucedido às desigualdades é um desafio decisivo que se coloca à esquerda democrática.

Para o PS, uma transformação estrutural da nossa sociedade que reduza substancialmente as desigualdades, a pobreza e a exclusão, exige uma actuação integrada no plano económico mas também no plano do Estado social.

Ao longo dos últimos 15 anos Portugal apresentou uma diminuição da taxa

de pobreza que ronda os 5 pontos percentuais. Isto é, meio milhão de pessoas ultrapassou, em termos de rendimentos, os valores do limiar de pobreza. Este resultado, positivo mas insuficiente, foi alcançado sobretudo através duma maior e mais eficaz presença do Estado social, nomeadamente pela melhoria do sistema de pensões.

Ao nível das assimetrias de rendimentos, a última informação estatística, relativa a 2006, mostra uma redução significativa. Mas Portugal ainda apresenta dos indicadores mais elevados de toda a União Europeia. Importa, pois, colocar no centro das prioridades das políticas públicas uma estratégia consistente e prolongada orientada para a redução das desigualdades, das suas causas e dos seus efeitos.

Para o PS essa estratégia compreende várias dimensões.

B) Favorecer o crescimento económico

Uma política de recuperação económica sustentada e sustentável, que reduza os factores limitativos do crescimento, nomeadamente o desequilíbrio externo, é uma condição muito importante. A redução das desigualdades é mais complexa e menos eficaz em termos de nível geral de bem-estar se não for acompanhada de uma crescimento económico significativo. Fazer crescer o produto nacional, o emprego e os rendimentos é um facto indispensável da promoção de maior igualdade social.

C) Aprofundar as políticas sociais

O PS compromete-se com a continuação de políticas sociais eficazmente redistributivas, aprofundando as prestações sociais para aqueles que não podem aceder a rendimentos dignos através da actividade económica e para as famílias expostas aos factores de perpetuação da pobreza. A experiência do Complemento Solidário para Idosos mostra como foi possível entre 2006 e o início de 2009 retirar da situação de pobreza monetária perto de 200.000 idosos, ou seja, quase 2% da população portuguesa e cerca de 12% da população idosa.

O alargamento da protecção social, de forma viável e sustentável, para todos os sectores da população que ainda têm dificuldades de acesso a essa protecção, continuará a ser uma prioridade do PS.

Uma particular atenção deverá ser atribuída à elevação dos rendimentos dos cidadãos com incapacidade absoluta para o trabalho.

D) Favorecer o trabalho

O reforço das políticas estruturais de elevação dos rendimentos do trabalho é um elemento central para a redução das assimetrias e a luta contra a sua perpetuação. Aqui, as políticas de mínimos sociais têm de seguir lado a lado com a prossecução das políticas de qualificação e requalificação. Os resultados destas políticas possuem um duplo efeito positivo: na captação e defesa de actividades mais qualificadas; e na capacidade de gerar rendimentos do trabalho mais elevados de forma sustentada.

Por outro lado, intensificaremos o combate à excessiva segmentação no mercado de trabalho, em particular nos índices de precariedade. Esta segmentação é hoje um factor de peso na produção de desigualdades. A sua redução obriga a um forte compromisso na alteração das condições sociais que promovem a insegurança no emprego, particularmente aquelas que estão associadas ao défice de qualificações.

Uma dimensão também presente no esforço de promoção da igualdade deve consistir no aprofundamento das políticas de igualdade de género relativas à conciliação da vida pessoal, profissional e familiar, assim como na redução do diferencial salarial entre mulheres e homens.

E) Generalizar os 12 anos de educação

O abandono escolar precoce é o mais forte indutor da persistência de elevadas assimetrias sociais. Não apenas no curto prazo, mas principalmente em termos de médio e longo prazo. Para os que possuem o ensino secundário, a evolução expectável dos salários, 10 anos após a entrada no mercado de trabalho, é superior em quase 30 pontos percentuais aos dos que ficam apenas pelo ensino básico. Por isso, o PS apostará no reforço das políticas de apoio às famílias, para garantir uma escolarização generalizada ao nível dos 12 anos, assim promovendo um forte incentivo à igualdade de oportunidades.

F) Promover a justiça fiscal

Na reforma das políticas fiscais, há que assegurar maior equilíbrio no esforço de todos os sectores sociais, combatendo a subdeclaração de rendimentos e a excessiva pressão sobre os rendimentos médios.

Uma política fiscal que promova a inclusão social e a igualdade de oportunidades tem de acentuar a progressividade dos impostos sobre o rendimento e a justiça social.

O PS defende a concretização de novas medidas, que permitam desagrarar as famílias de rendimentos médios, apoiando-as nas suas despesas essenciais e estimulando a natalidade.

Assim, o

PS defende uma melhor distribuição do esforço fiscal, limitando as deduções de que hoje beneficiam os titulares de rendimentos muito elevados para que possam beneficiar mais aqueles que têm rendimentos médios. O PS compromete-se também com a prossecução do combate à fraude e evasão fiscal, bem como aos planeamentos fiscais que, na prática, constituem práticas de contornar ou diminuir as responsabilidades dos contribuintes que mais têm e mais auferem.

Em particular, promoveremos medidas de moralização em matéria fiscal e contributiva, de que destacamos: maior transparência dos diferentes tipos de remunerações obtidas pelos gestores das sociedades cotadas; tributação efectiva de benefícios remuneratórios que não assumem natureza salarial, mas representam de facto acréscimos de rendimentos ou redução de encargos pessoais; combate à utilização abusiva do tratamento fiscal de despesas empresariais, designadamente com viaturas de luxo e outras despesas sumptuárias.

G) Investir nas redes sociais

Para o PS, uma política consistente de promoção da inclusão social inclui um forte investimento nos serviços sociais de apoio à família e à comunidade.

Estes serviços exigem uma eficaz organização do Estado, nomeadamente assegurando o acesso de todos aos direitos sociais básicos.

Nestes, têm particular importância as dimensões do acesso aos serviços primários de saúde através das unidades de saúde familiar e os cuidados continuados integrados de longa duração.

Por outro lado, o apoio público ao sector da economia social desempenha e deve continuar a desempenhar um papel crucial não só para a criação de serviços sociais de interesse geral (família, infância, comunidade) como também como um importante gerador de emprego de proximidade.

H) Valorizar o sindicalismo democrático e a concertação social

O Governo do PS já demonstrou, na prática, a importância que concede ao diálogo e à concertação social. Reformas tão importantes como a da segurança social, da legislação laboral, da administração pública, do salário mínimo, da formação profissional ou da protecção no desemprego, puderam contar com acordos celebrados com sindicatos e, sendo o caso, organizações empresariais. A contratação colectiva recuperou a dinâmica que havia perdido durante a governação da direita.

Para o PS, governar para fazer do nosso País uma sociedade mais justa e mais rica implica cooperar com os parceiros sociais, nomeadamente com os sindicatos.

O poder político democrático, cujo dever é defender o interesse geral, tem muito a ganhar com a colaboração, mesmo que por vezes conflituante, de sindicatos fortes, autónomos e capazes de elaborar propostas fundamentadas sobre problemas complexos, como são os problemas sociais e económicos dos nossos dias. Representando o mundo do trabalho, o sindicalismo democrático, que preza a negociação colectiva e usa responsabilmente os direitos e os instrumentos de luta e concertação de que dispõe, é um importante parceiro para que a justa distribuição de rendimentos e a promoção da economia e do pleno emprego prevaleçam sobre as lógicas corporativas.

Ao pronunciar-se a favor da necessidade de melhorar as capacidades da intervenção sindical, o PS não faz mais do que honrar o seu próprio passado de luta pela liberdade sindical, pela institucionalização do sistema de relações laborais e da concertação social em Portugal.

4. Democracia

O PS é o partido do aprofundamento da democracia e da qualidade do sistema político. Todos os compromissos assumidos no programa de Governo que dependiam apenas da Maioria parlamentar foram cumpridos; e o mesmo aconteceu com todos quantos puderam contar com a indispensável cooperação de outras forças políticas, porque em todos esses o PS negociou com sentido de responsabilidade e compromisso. Em consequência, a legislatura de 2005 a 2009 é das que mais avançou na qualidade da democracia. Entre outras iniciativas, o Parlamento aprovou a Lei da Paridade e a Lei da limitação dos mandatos executivos; empreendeu a sua própria reforma, dando mais poderes de fiscalização sobre o Governo, mais direitos às oposições e acentuando o seu papel como espaço por excelência do debate político. Foram alteradas as leis eleitorais para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Foi aprovado o novo Estatuto Político-Administrativo dos Açores, concretizando a revisão constitucional de 2004.

Por iniciativa do PS, o Parlamento aprovou novas leis contra a corrupção. E o PS prosseguirá essa luta, porque a corrupção e o tráfico de influências atentam contra os próprios fundamentos do Estado de Direito democrático.

A) A revisão do sistema eleitoral

Nas únicas mudanças que ficaram por efectivar, as respeitantes às leis eleitorais para a Assembleia da República e para as Autarquias Locais, tal deveu-se à oposição do PSD, parte incontornável para a sua aprovação.

O PS manifesta a sua disponibilidade para, no quadro da próxima legislatura, aprofundar o diálogo com as demais forças políticas de modo a concluir a reforma do sistema eleitoral. Para isso será necessário, da parte dos restantes partidos, outro sentido de responsabilidade. Os princípios que guiam os socialistas são conhecidos: respeito pela proporcionalidade, maior aproximação entre eleitos e eleitores, governabilidade; distinção clara entre responsabilidades executivas e poderes de fiscalização, executivos locais homogêneos.

B) A estabilidade do texto constitucional

A partir de Setembro de 2009, o Parlamento poderá assumir poderes de revisão constitucional. O PS assumirá as suas responsabilidades, em diálogo com as outras forças políticas. A sua posição de partida é sem prejuízo de alterações que resultem de consensos com outras forças políticas, é favorável à estabilidade do conjunto do texto constitucional.

C) A valorização das autonomias

O PS renova o seu compromisso de sempre no sentido do apoio às autonomias das regiões insulares dos Açores e da Madeira, na perspectiva do reforço da solidariedade e da coesão social e territorial nacionais. O PS, incluindo as suas estruturas regionais, empenhar-se-á, também, no plano europeu, na defesa de medidas que, tendo em conta a condição ultraperiférica daqueles arquipélagos, fomentem o seu desenvolvimento e atenuem os sobrecustos da sua condição geográfica.

D) Descentralização e regionalização

O programa político socialista tem como uma das suas principais bandeiras a descentralização administrativa. No mandato de 2005 a 2009, fez-se tudo o que poderia ser feito no quadro prévio à regionalização. Procedeu-se à reforma da organização territorial do Estado, compatibilizando os critérios de organização da administração desconcentrada, de modo a substituir as trinta divisões vigentes por apenas duas — ou a divisão por distritos, ou a divisão por regiões.

O compromisso político do PS é avançar mais na descentralização de competências para as autarquias locais. E é procurar o apoio político e social necessário para colocar com êxito, no quadro da próxima legislatura, e nos termos definidos pela Constituição, a questão da regionalização administrativa, no modelo das cinco regiões. Os socialistas são pelas regiões administrativas, porque consideram que elas são um instrumento de desenvolvimento territorial e coesão nacional.

E) A política de segurança

Outro elemento crucial da vida colectiva é a promoção da segurança. Para nós, não há liberdade sem segurança. Assegurar o direito de todos, e em particular dos grupos e comunidades em situação mais crítica, à segurança, é uma das responsabilidades principais do Estado.

A segurança tem várias dimensões, e em todas elas podemos apresentar trabalho feito: na articulação das forças de segurança e na preparação do sistema de segurança interna para os

novos tempos e os novos riscos e ameaças, conferindo-lhe maior operacionalidade; no reforço dos meios das forças de segurança e dos órgãos de investigação criminal; na ligação entre a intervenção urbanística e social e a produção de segurança nas zonas mais problemáticas; na atenção especial concedida à promoção de segurança em meio escolar; na reforma da protecção civil; no combate à sinistralidade rodoviária; na promoção da segurança no trabalho e na redução dos acidentes de trabalho, etc., etc.

O PS reafirma o seu compromisso com a promoção da segurança de pessoas e bens. Um compromisso fundado na concepção democrática, que associa segurança, liberdade pessoal e integração social, e portanto na firme oposição às atitudes securitárias e xenófobas de certa direita, que gostaria de substituir o regime de democracia liberal em que vivemos por um regime autoritário.

F) A promoção da igualdade

A qualidade da democracia e a promoção da cidadania passam crucialmente pela defesa da liberdade pessoal, da igualdade de direitos e do respeito entre todos, independentemente da sua origem, crença, rendimento, sexo ou orientação sexual. Na base da democracia está a convivência pacífica e o respeito pelas diferenças, e estas assentam por sua vez na vinculação de todos aos direitos humanos fundamentais. Neste quadro, o PS define três prioridades políticas para o próximo biênio.

A primeira prioridade é a igualdade de género. Por si mesma, a Lei da Paridade demonstra lapidarmente o empenhamento dos socialistas.

Mas outras iniciativas paradigmáticas da vontade socialista de imprimir maior humanidade, liberdade e igualdade às relações privadas e familiares devem ser recordadas: no topo delas estão a despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas e a modernização do regime de divórcio. O novo Código do Trabalho traz também avanços significativos nas condições de conciliação entre vida familiar e vida profissional. O PS define como uma das suas causas emblemáticas, como partido político, o combate à violência doméstica e por isso se empenha na rápida aprovação parlamentar de uma nova lei contra essa forma, particularmente dramática, de violência.

Por outro lado, o PS sabe que as desigualdades sociais e mesmo as desigualdades em termos de rendimento possuem uma forte componente de género. No acesso ao trabalho, no plano salarial, nos níveis de exclusão continua a estar presente, não obstante os avanços no plano dos direitos, uma forte componente de desigualdade entre mulheres e homens. Combater estas assimetrias de género não constitui apenas um valor em si mesmo, possui igualmente um forte papel na redução das desigualdades.

A segunda prioridade na promoção da igualdade é o combate a todas as formas de discriminação e a remoção, na próxima legislatura, das barreiras jurídicas à realização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Finalmente, a terceira prioridade é o reforço da integração e a promoção da participação social e política das comunidades imigrantes. Entre 2005 e 2009, o Governo e a Maioria conduziram um dos mais importantes processos de integração social daqueles que, vindos de outros países, nos procuraram, e dos seus filhos e netos. As novas Leis da Nacionalidade e de Estrangeiros e os programas de acolhimento e integração mudaram qualitativamente a

situação e tornaram Portugal uma das nações europeias reconhecidamente mais avançadas na integração dos imigrantes. O PS deseja mais: deseja que aos avanços na integração corresponda também o reforço da participação cívica e política dos imigrantes, com a plena assunção dos seus direitos e deveres no âmbito da nação em que escolheram viver.

G) O apoio à cultura

A sociedade aberta e moderna que o PS valoriza tem nas actividades artísticas e no património cultural um eixo muito importante de identidade, cidadania, modernização económica e inovação social. As artes constituem também uma área aliciante para a formação e a inserção profissional dos jovens. O compromisso do PS é também aprofundar as políticas públicas orientadas para a conservação do património, o apoio à criação artística e a democratização do acesso aos bens e actividades culturais.

H) Promover a participação dos jovens

O PS, em cooperação com a Juventude Socialista, assume a importância da participação social, cívica e política dos jovens na sociedade portuguesa. Incentivar o associativismo estudantil e juvenil, apoiar a formação e a inserção profissional, valorizar o voluntariado e promover o empenhamento dos jovens na vida colectiva, são desafios de primeira linha para a qualificação da nossa democracia.

IV

Estratégia política para o ciclo eleitoral e para o futuro do PS

1. Um ciclo eleitoral exigente e decisivo

O XVI Congresso do PS tem lugar no início de um ano politicamente marcado pela ocorrência de três eleições: europeias, legislativas e autárquicas.

Em bom rigor, o presente ciclo eleitoral iniciou-se já em Outubro de 2008, com as eleições regionais dos Açores, que o PS venceu com maioria absoluta. A magnífica vitória do PS/Açores e de Carlos César fez inteira justiça ao excelente trabalho feito pelos socialistas açoreanos ao serviço do desenvolvimento económico e social do Arquipélago e constitui um poderoso estímulo para as batalhas eleitorais que o PS tem agora pela frente.

O PS vê cada uma das eleições que se aproximam como uma boa oportunidade que a democracia portuguesa deve valorizar para promover um debate sério sobre as escolhas políticas fundamentais para o nosso futuro.

Todas as eleições são importantes e em todas elas o que está em jogo é absolutamente decisivo, justificando um grande empenhamento do Partido Socialista e dos seus militantes.

2. Eleições para o Parlamento Europeu: pelo reforço do projecto europeu

As eleições europeias, que terão lugar no próximo mês de Junho, acontecem num momento crítico para o futuro do projecto europeu.

A actual crise financeira e económica internacional só veio reforçar ainda mais a necessidade de uma Europa mais forte:

- Uma Europa capaz de coordenar e implementar respostas consistentes e eficazes para superar a recessão e relançar a economia;
- Uma Europa capaz de desempenhar um papel decisivo na construção de uma nova ordem financeira global e capaz de encontrar o caminho de uma regulação mais eficaz do próprio sistema financeiro europeu;
- Uma Europa capaz de concretizar a ambição da Estratégia de Lisboa, que traça o rumo para uma Europa mais competitiva e solidária e continua a ser a melhor resposta europeia aos desafios da globalização;
- Uma Europa capaz de colocar as pessoas no centro das suas preocupações e assegurar o futuro e a renovação do chamado "modelo social europeu", em direcção a uma nova Europa Social;
- Uma Europa capaz de promover a igualdade de oportunidades e a igualdade de género, bem como de combater a violência doméstica e todo o tipo de discriminações;
- Uma Europa capaz de estabelecer um Pacto Europeu para o Progresso Social e desenvolver uma política de imigração mais eficaz, mais humana e mais justa;
- Uma Europa capaz de concretizar uma estratégia de ambição para a sustentabilidade energética e de manter a liderança na agenda ambiental e no combate às alterações climáticas;
- Uma Europa capaz de se afirmar no Mundo como bloco político ao serviço da paz, do direito internacional, do multilateralismo, dos direitos humanos e da cooperação para o desenvolvimento; enfim,
- Uma Europa capaz de aproveitar a oportunidade da nova administração norte-americana de Barack Obama para relançar, em novos moldes, as relações transatlânticas e a cooperação estratégica entre a Europa e os Estados Unidos da América.

Este ideal de uma Europa mais forte, mais coesa e mais prestigiada implica, contudo, a urgente superação do impasse institucional que ainda persiste. Para isso, é absolutamente fundamental a rápida entrada em vigor do Tratado de Lisboa, concluído durante a Presidência Portuguesa da União Europeia. O Tratado de Lisboa continua a ser, sem qualquer dúvida, o maior e o melhor denominador comum para a resolução dos problemas institucionais e políticos da governação da Europa.

Os portugueses sabem que o Partido Socialista é, verdadeiramente, o partido da Europa, o partido do grande projecto europeu.

Foi com Mário Soares que Portugal pediu e concretizou a adesão à União Europeia. Foi com António Guterres que Portugal conseguiu a adesão ao Euro e a Europa ganhou a Estratégia de Lisboa. Foi com José Sócrates e com o reconhecido sucesso da última Presidência Portuguesa, que o Tratado de Lisboa se tornou o novo alicerce de toda a construção

europeia.

O ideal europeu sempre constituiu uma marca na identidade do PS — mas sempre constituiu também uma fronteira de demarcação, em particular face às forças políticas à nossa esquerda, seja da esquerda comunista, seja da extrema-esquerda. Também aqui, esses “partidos de protesto” preferiram sempre ficar à margem e nunca quiseram verdadeiramente contribuir para a construção do projecto europeu, com tudo o que ele representa como projecto de paz, de prosperidade, de qualidade de vida e de igualdade de oportunidades para Portugal e para os povos da Europa. Não é possível disfarçar estas diferenças: os portugueses devem votar nas próximas eleições europeias com perfeita consciência de quem é que na esquerda está seriamente empenhado na Europa, para fazer avançar o projecto europeu e quem é que na esquerda está apenas emboscado na Europa, para sistematicamente combater qualquer avanço, mínimo que seja, do projecto europeu.

O PS disputará as próximas eleições europeias com a máxima convicção, apresentando uma lista forte, para ganhar. Daremos conta do excelente trabalho desenvolvido no Parlamento Europeu pelos Eurodeputados portugueses eleitos pelo PS, valorizaremos a nossa inserção no Partido dos Socialistas Europeus (PSE) e, sobretudo, empunharemos a bandeira do projecto europeu em que sempre acreditámos e de que Portugal, a Europa e o Mundo tanto precisam - e hoje mais do que nunca.

3. Eleições legislativas: vencer de novo, para servir e modernizar Portugal

O objectivo político do PS nas próximas eleições legislativas é só um: ganhar, para servir o País. Pediremos aos portugueses, com clareza, uma maioria absoluta e lutaremos com toda a energia para a alcançar de novo. Por isso, e porque o PS acredita na possibilidade real de obter uma nova maioria absoluta, recusaremos todas as especulações sobre quaisquer outros cenários pós eleitorais, que só enfraquecem as condições para alcançar essa nova maioria.

Nestas eleições, o PS prestará contas do trabalho feito e mostrará como honrou a confiança que os portugueses nele depositaram. Recordaremos que a maioria absoluta valeu a pena e explicaremos que uma nova maioria absoluta do PS dará ao País as garantias de estabilidade política e de governabilidade que são essenciais para que Portugal possa vencer as consequências da crise económica internacional e prosseguir, sem retrocessos, um rumo de modernização e de reformas. Reformas que Portugal adiou tempo de mais, umas vezes por falta de condições políticas para fazer prevalecer o interesse geral, outras por pura falta de coragem na liderança do País.

A crise internacional, que provocou uma recessão económica em todo o Mundo, acabou por afectar, inevitavelmente, a economia portuguesa e impediu que os resultados positivos que o Governo estava a obter pudessem ter continuidade. É natural que seja preciso agora mais algum tempo para que o País possa alcançar os objectivos traçados. Os portugueses conhecem o PS e sabem que o PS é hoje a Força da Mudança em Portugal. Só o PS aponta ao País um rumo de modernização e apresenta aos portugueses um

horizonte de esperança e de futuro. Ante as dificuldades, o PS é a força política que diz aos portugueses: “vamos conseguir!”.

Apresentamos como garantia da nossa capacidade para superar as dificuldades do presente os resultados concretos que obtivemos no Governo: vencemos uma grave crise orçamental, conseguiremos vencer esta grave crise económica. E só o PS apresenta aos portugueses a estratégia certa para sair desta crise. Só o PS tem a determinação, a coragem e a capacidade de liderança para ultrapassar esta situação.

À nossa direita, no PSD, reina a turbulência e o vazio. Três lideranças sucessivas não foram capazes de apresentar ao País uma única alternativa credível. E os portugueses sabem que dizer mal de tudo nunca foi solução para problema nenhum. Mas o pior é que este PSD sugere aos portugueses um regresso ao passado e às suas receitas fracassadas. E insiste nos preconceitos liberais, pretendendo que o Estado recue não só no apoio à economia e ao emprego, como também na própria protecção social, exactamente quando o País mais precisa que o Estado responda e faça aquilo que deve.

O CDS, por seu turno, não parece ter aprendido nada com o fracasso da sua passagem pelo Governo e apenas tem para oferecer aos portugueses o populismo e a demagogia. Para além de meia dúzia de mensagens mediáticas dirigidas aos seus nichos habituais de mercado eleitoral, o CDS vive na obsessão de ganhar votos com a proposta eleitoralista de baixar impostos, em termos tão irresponsáveis que tirariam ao Estado os recursos necessários para ajudar o País a vencer a crise, protegendo o emprego e as famílias.

À nossa esquerda, Partido Comunista e Bloco de Esquerda assumem-se cada vez mais como meros “partidos de protesto”, prontos a explorar demagogicamente qualquer descontentamento, sem apresentarem soluções credíveis para os problemas do País. Prisioneiros das suas ideologias datadas, resistem a qualquer mudança, opõem-se a qualquer reforma, contestam qualquer inovação. Pouco lhes importa se se trata de salvar o Estado Social e de lhe dar condições para responder em situações de crise, como a actual. Tanto lhes faz se se trata de garantir o futuro da segurança social pública, de promover a saúde materno-infantil, de combater a precariedade no trabalho ou de qualificar a escola pública, para fazer frente ao abandono e ao insucesso escolar. Eles, por regra e por princípio, são contra, e escolheram o seu lugar do lado de fora. De fora da Europa, de fora do futuro, de fora das soluções. Não é neles que os portugueses encontrarão o caminho para resolver os problemas do País.

Nestas eleições, o voto no PS é necessário também para que o País não ande para trás, para que não se perca aquilo que os portugueses com tanto esforço alcançaram e para que os projectos em curso, que tanto custou a pôr em marcha, não sejam abandonados, com prejuízo para a economia, para o emprego e para a competitividade do País. Numa palavra: com prejuízo para o nosso futuro.

O PS fará uma campanha afirmando o seu projecto e as suas propostas políticas para o futuro do País. O Programa Eleitoral do PS terá por base as orientações programáticas constantes da Presente Moção de Estratégia e será preparado com ampla participação, incluindo com o envolvimento do movimento Novas Fronteiras, da Fundação Res Publica e da Geração de Ideias, sendo adoptado oportunamente pela Comissão Política do partido.

4. Eleições Autárquicas: listas próprias, projecto próprio

O principal activo que o Partido

Socialista tem para apresentar aos portugueses nas próximas eleições autárquicas é o trabalho e a dedicação dos seus candidatos e autarcas ao serviço das populações e do desenvolvimento local. O PS tem uma forte tradição de empenhamento na democracia local e o seu projecto próprio para o poder local radica na consciência da importância crucial que o dinamismo das cidades e a acção dos municípios e das freguesias tem para o crescimento económico, a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento das políticas sociais de proximidade. Essas tarefas revestem uma importância ainda mais acrescida no contexto criado pelos efeitos da crise económica internacional.

No Governo, o PS reforçou a descentralização

– de que muitos falam mas que poucos praticam – com medidas concretas de grande alcance, sobretudo em áreas como a educação, a saúde e a protecção social. Importantes reformas, como é o caso da reforma do primeiro ciclo do ensino básico, foram realizadas mediante o estabelecimento de parcerias entre o Governo e as autarquias locais, com enorme vantagem para as populações.

A dinâmica do combate à burocracia e da

simplificação dos procedimentos administrativos, lançada pelo Governo com o Programa Simplex, deu novas condições de trabalho às autarquias, em domínios críticos como a gestão territorial e o licenciamento urbanístico, conferindo mais autonomia e responsabilidade aos municípios, mas permitindo-lhes também prestar um melhor serviço às populações e ao desenvolvimento local. A simplificação e modernização dos procedimentos administrativos das próprias autarquias, em muitos casos dinamizada pelo novo Programa Simplex Autárquico, completará este esforço e fará parte dos projectos a apresentar pelos candidatos do PS em muitas autarquias do País.

Outra marca comum aos projectos

autárquicos do Partido Socialista é a valorização da agenda social dos municípios. Esta é uma área em que as autarquias têm vindo a assumir cada vez mais responsabilidades e que deve subir ainda mais nas suas prioridades políticas. A agenda social será, por isso, uma prioridade nas programas autárquicos dos candidatos do PS.

Não obstante a diversidade das circunstâncias locais, o

PS deve afirmar nas próximas eleições autárquicas a sua visão do poder local e os traços essenciais que identificam o seu projecto próprio para o trabalho nas autarquias. Essa afirmação deve passar pela realização de uma grande Convenção Nacional Autárquica, devidamente preparada pela Associação Nacional de Autarcas do PS, em articulação com a direcção nacional do partido.

Com a limitação dos mandatos executivos

autárquicos e com a aplicação da Lei da Paridade, o PS contribui decisivamente para a renovação e qualificação da democracia local. Todavia, as próximas eleições autárquicas decorrerão ainda num quadro legislativo e institucional que não favorece nem a eficiência do

trabalho dos executivos municipais, nem a clareza na imputação da responsabilidade política, nem sequer a eficácia da fiscalização pelas assembleias municipais. Infelizmente, o PSD não esteve disponível para honrar os compromissos que nessa matéria firmou com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no sentido de contribuir para uma qualificação das condições de exercício do poder local. O PS deve recolocar este tema na agenda política da próxima legislatura.

Seja como for, o PS assume o objectivo de fortalecer a sua posição no poder local e manterá a orientação de se apresentar com listas próprias às eleições autárquicas em todo o País, sem prejuízo de essa regra poder ter excepções pontuais em face de especiais circunstâncias políticas locais, nos casos em que tal venha a ser reconhecido como adequado pela direcção nacional do partido.

5. Qualificação, Modernização e Abertura no futuro do PS

O Partido Socialista tem estado na linha da frente da inovação no que diz respeito ao modo de funcionamento dos partidos em Portugal: fomos pioneiros na eleição directa do secretário-geral; na regra da paridade; na limitação dos mandatos e da acumulação de cargos; nas cibersecções. Levámos mais longe do que qualquer outro partido as dinâmicas de abertura à sociedade, primeiro com os Estados Gerais, agora com o movimento Novas Fronteiras, que permanece vivo e constitui uma experiência exemplar de envolvimento de personalidades e cidadãos independentes, constituindo um espaço regular de debate e avaliação do percurso do PS e das suas propostas políticas para o futuro.

Recentemente, foi dado um novo contributo para a inovação no modelo de abertura dos partidos políticos portugueses com a constituição da Fundação Res Publica, que começa a afirmar-se como um valioso espaço de formação de quadros e de reflexão política, que o PS deve potenciar ao serviço da qualificação da democracia e da qualificação do próprio Partido Socialista.

A qualificação da democracia e do PS passa, também, pela valorização do debate político interno. Os órgãos do partido têm sido sempre um espaço de debate livre para todos os militantes. Com frequência a direcção nacional do partido, bem como os camaradas que exercem funções no Governo, têm estado presentes em sessões de esclarecimento e debate interno por todo o País. Mas, naturalmente, num grande partido democrático como o PS o debate político nunca é de mais. Devemos, por isso, fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para manter, e se possível intensificar, as oportunidades de debate político no interior do Partido Socialista.

Especial atenção deve ser dada ao acolhimento dos novos militantes, à formação de jovens quadros e à modernização dos instrumentos de circulação de informação política no interior do PS, entre a direcção nacional e as estruturas distritais ou locais e os próprios militantes. O novo site do PS e a renovação do Acção Socialista foram já passos importantes na direcção certa. Mas novas e mais expeditas formas de comunicação directa, designadamente através de uma newsletter, são hoje necessárias, sobretudo num momento em que se aproximam importantes combates políticos.

Mas é na abertura à sociedade que o PS

mais afirma a sua diferença face ao modo de funcionamento tradicional dos partidos portugueses. O PS deve continuar a valorizar os espaços de abertura que foram constituídos, aos diversos níveis e em especial através do movimento Novas Fronteiras, da Fundação Res Pública e da Geração de Ideias. Todos devem contribuir activamente para a preparação do programa eleitoral do PS, a apresentar às próximas eleições legislativas, tendo por base as orientações constantes da presente Moção de Estratégia.

Finalmente, importa que o PS, no quadro de uma reflexão sobre a cidadania e sobre a sua presença e enraizamento na sociedade portuguesa, repense também os termos da sua presença no meio laboral e nos diferentes movimentos sociais, para que a sua influência social e política possa ser mais consentânea com a sua efectiva representatividade. Essa reflexão e esse trabalho deve envolver e valorizar, de modo especial, estruturas já existentes, como a Tendência Sindical Socialista e o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, para além de constituir um terreno propício ao reforço da cooperação com a Juventude Socialista.

6. PS – A Força da Mudança

O PS que se reúne no seu XVI Congresso deve ter plena consciência das suas responsabilidades neste momento histórico.

Os portugueses não querem apenas protestar contra a crise, querem sair dela.

E só o PS tem uma estratégia séria e responsável de combate à crise; só o PS tem a capacidade e a determinação para a vencer, tal como venceu outras crises no passado.

Mais: só o PS pode impedir que o País, no pior dos momentos, entre em aventuras perigosas ou ande para trás, deitando fora o que conseguiu alcançar, com tanto esforço, nestes últimos anos.

Saberemos estar à altura desta responsabilidade.

Até porque sabemos que só o PS está em condições de proporcionar ao País a estabilidade na governação, que é tão importante para que esta crise internacional seja superada.

Tal como só o PS assume o projecto de modernização de que Portugal precisa para alcançar um futuro melhor.

O PS é, de facto, em Portugal, a Força da Mudança. E sendo-o, é também, para os portugueses, a Força da Esperança.